



REFORÇAR A INICIATIVA POPULAR



EDITORIAL

O 31 de Janeiro fica como mais um marco de importância no desenrolar da crise política em curso no nosso país. Importância e significado não tão evidentes, como o de outros momentos de agudização da luta política, mas não menos decisivos.

As lições de uma semana de mais uma actividade política necessitam, assim, de ser claramente apresentadas e, mais do que isso, levadas em conta na actuação política concreta daqueles que combatem verdadeiramente o capitalismo e o imperialismo, daqueles que estão efectivamente empenhados na luta emancipadora dos trabalhadores.

O avanço do processo revolucionário, a luta pelo socialismo, terão de ser feitos no combate às manobras do capitalismo internacional e aos seus instrumentos, estrangeiros e nacionais. Com efeito, o capitalismo internacional e os seus aliados políticos nacionais empenham-se cada vez mais em recuperar o processo aberto pelo 25 de Abril para os interesses da burguesia industrial e financeira, opondo-se com cada vez maior clareza ao avanço do processo revolucionário. O reagrupar das forças reaccionárias em torno da social-democracia, servindo-se de roupagens «socialistas» e «democráticas» para tentar dividir os trabalhadores (para os poder controlar) e isolar os oficiais progressistas do M.F.A. (para retirar a este as suas potencialidades de se colocar ao lado dos trabalhadores em determinados momentos concretos e para permitir uma mais fácil instrumentalização aos interesses da burguesia), na precisa altura em que, através da provocação que representam as manobras e a presença de milhares de militares da N.A.T.O. em Portugal o imperialismo como que mostra que estará disposto a ir mais além, no apoio à contrarrevolução em Portugal, do que a simples nomeação de embaixadores especialistas em tal matéria, é disso expressão bem clara.

Continua na pag. 2

Início da
luta armada
em Angola

4 FEV



VIVA
a solidariedade
internacionalista
com a luta dos
povos das colonias
Viva o MPLA!

20 000 exigem expropriação dos latifúndios!

Beja albergou, na tarde do passado domingo, um verdadeiro mar de trabalhadores rurais que, oriundos dos mais diversos pontos do Baixo Alentejo, afilaram à capital do distrito utilizando desde bicicletas a galeras que, estacionadas, constituíam um autêntico comboio.

Respondendo à convocação do seu sindicato para uma manifestação de força tendente a exigir do Governo medidas concretas de ataque aos agrários, que tudo têm feito para travar a sua luta e agravar a sua situação de explorados (de referir que só no Baixo Alentejo o desemprego atinge actualmente cerca de 4000 homens e 10 000 mulheres), aproximadamente 20 000 trabalhadores concentraram-se, desde as primeiras horas da tarde, no espaço fronteiro às instalações da Piscina Municipal. Ali falaram delegados sindicais e membros do Governo, entre os quais o governador civil de Beja e o secretário de Estado da Agricultura, abordando a situação que neste momento afecta os rurais alentejanos e a actuação a ter perante as manobras sabotadoras dos agrários.

As palavras de ordem gritadas em unísono e escritas em centenas e centenas de cartazes, que afloravam por sobre as cabeças da multidão, traduziam bem o ódio de classe, acumulado ao longo de anos e anos de exploração, com que o

Fizeram-se ouvir com a força de milhares de vozes que depois percorreram, em interminável cordão, as ruas da cidade.

BEJA

Esta manifestação surgiu na sequência de um processo de luta que já faz parte a ocupação de terras mal cultivadas ou onde adquire maior vulto o nível de despedimentos e os actos de sabotagem económica, como por exemplo, deixar ostensivamente morrer gado e enterrar azeitonas.

Manifestação apartidária (apoiada só pelo P.C.P., M.D.P. e M.E.S.) é prova mais que evidente de quanto pode um sindicato único, pelo que é possível fazer-se em matéria de facilidade de mobilização, de

unidade e força, para que nenhuma desagregação consiga enfraquecer os trabalhadores em luta contra o capital.

Quem acredita na possibilidade de levar a cabo manifestações deste tipo, com mais de um sindicato de trabalhadores agrícolas?

Que pretendem os defensores do pluralismo sindical (ou da não unicidade, que é manifestamente a mesma coisa) senão a divisão dos trabalhadores para melhor os explorar?

Com esta manifestação, no entanto, os trabalhadores demonstraram bem a sua disposição de fazer avançar o processo revolucionário em curso, criando também nos campos um poderoso movimento de massas anticapitalista.

proletariado rural alveja os latifundiários dominantes:
AGRÁRIOS SABOTADORES NA GAIOLA
A TERRA A QUEM A TRABALHA
EXPROPRIAÇÃO DOS LATIFÚNDIOS
UNIDADE POVO/M.F.A.

Numa fase decisiva não só para o avanço do processo revolucionário no nosso país, como também para o processo de descolonização nomeadamente em Angola, não se pode descurar a luta anti-imperialista, a necessidade de construir uma verdadeira solidariedade internacionalista entre todos os explorados e oprimidos baseada no combate ao capitalismo, ao colonialismo e ao imperialismo e a permanência entre nós, se lutar pela retirada da N.A.T.O. Esta uma das lições do momento político que atravessamos.

A situação política no nosso país pode não avançar, a crise económica em curso não pode ser combatida, enquanto não forem denunciadas e isoladas as forças políticas que se mostram firmemente empenhadas numa estabilização política que mantenha a exploração e a opressão dos trabalhadores e não hesitam em tentar dividir os trabalhadores e isolar os oficiais progressistas do M.F.A. O isolamento de forças como o P.S. e o P.P.D. e de todas as forças que servem os interesses da burguesia portuguesa e do capitalismo internacional, só poderá ser feito pela **movimentação das massas trabalhadoras**, pelo avanço da sua luta, da sua capacidade de mobilização e iniciativa. Numa altura em que essas forças usavam levar por diante uma manifestação que surgia como a de uma nova «maioria silenciosa» anti-operária e anticomunista, estavam criadas as condições para que o seu isolamento e denúncia fossem feitos pelas próprias massas trabalhadoras, mostrando na rua a sua decisão de avançarem na luta, e para que aqueles que opressão os trabalhadores, se encontraram por engano no P.S. disso se apercebessem. **Por isso entendemos que todas as manifestações se deveriam ter realizado.**

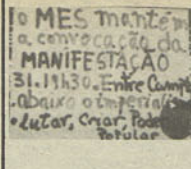
Julgar que a mera luta partidária ao nível do Poder pode fazer avançar a situação política e não confiar na capacidade de luta dos trabalhadores, leva sempre a descurar a necessidade de mobilização das massas trabalhadoras e de reforço da sua capacidade de resposta às manobras da burguesia. A manifestação que o MES convocou, em conjunto com outras organizações políticas, obedecia da nossa parte a esta ideia. Para o MES não se tratava apenas de isolar a manifestação da nova «maioria silenciosa» mas de transformar o 31 de Janeiro numa jornada de luta voltada para o fortalecimento da unidade revolucionária dos explorados e oprimidos já que, coerentes com a nossa linha política, entendemos que só o avanço de um poderoso movimento de massas anticapitalista pode permitir passos decisivos no sentido do socialismo.

Numa fase decisiva da luta política, num momento em que a própria natureza de classe do 25 de Abril se está a jogar, não é com hesitações e compromissos que se fará avançar o processo revolucionário. Esta é outra das lições a tirar do momento político que atravessamos.

Porque entendemos que a aliança que pode fazer avançar o processo revolucionário é a que se forja no combate à exploração e opressão, ao imperialismo e à reacção capitalista entre todos os explorados e oprimidos e entre estes e os militares progressistas do MFA que assumam as suas responsabilidades para com os trabalhadores portugueses. **Porque entendemos que tal aliança nunca se forjará com base numa prática seguidista em relação ao MFA, entendemos que cabe às forças revolucionárias e às massas trabalhadoras decidirem, quando e em que termos, devem apoiar o MFA, apoio necessariamente crítico e baseado em atitudes concretas.**

Por todas estas razões, para tornar claras através da sua própria prática política as lições do actual momento político, o MES, consequente com o seu programa político, manteve a convocação da manifestação, não desmobilizou os trabalhadores e promoveu no local da convocação um comício de esclarecimento das suas posições, evitando quaisquer confrontos e iniciativas que assumissem carácter provocatório em relação à proibição do Conselho Superior do MFA.

A consequência da posição que assumimos deriva de termos uma linha política bem definida e de sabermos que uma força minoritária no seio do movimento de massas não se afirma pela pompa dos seus discursos, mas pela correcção das suas posições e pela coragem de se assumir, como tal. É a mesma consequência que nos



Perante a proibição da manifestação convocada para Entrecampos, emanada do Conselho Superior das F.A. e justificada pela possibilidade de se verificarem «perturbações na ordem pública originadas por provocadores», o M.E.S. decidiu, no dia 31, manter a convocação ao povo da zona de Lisboa para o local anunciado. (de salientar que muito incorrectamente vários jornais da tarde anunciaram que o M.E.S. retirara a convocação. Iguamente emissores de rádio, entre os quais o R.C.P. que, contactado para difundir uma rectificação da notícia o não fez).

A posição assumida pelo M.E.S. resulta de considerar incorrecto desmobilizar trabalhadores em obediência a contactos de cúpula nada justificando que se ponham as massas a reboque do M.F.A., antes



lhes devendo caber a iniciativa, na evolução do processo revolucionário em curso. Aliás o combate à provocação far-se-á avançando formas correctas de luta de massas e não desmobilizando essas mesmas lutas. Mas se era indispensável marcar uma posição política neste sentido, era manifestamente necessário assegurar que não se verificaria qualquer con-

fronto directo com as forças do COPCON; assim substituiu-se a manifestação inicialmente prevista por um comício, no mesmo local.

Cerca de meio milhão de pessoas, enfileiradas por um imponente aparato bélico, conseguiram atingir o local em pequenos grupos.

Sob as palavras de ordem:

Lutar, criar, poder popular.

N.A.T.O. fora de Portugal

— Abaixo a exploração capitalista

Abaixo o imperialismo;

usaram da palavra camaradas da Comissão Política Nacional do M.E.S. que analisaram o actual momento político, caracterizando a crise como motivada pelo avanço da luta da classe operária e simultaneamente pelo reagrupamento e ofensiva das forças reaccionárias que com roupageis socialistas e democratas e beneficiando da provocação que representa a presença da N.A.T.O., ma-



Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista Composto e impresso em Renascença Gráfica, SARE Rua Luz Soriano 44, Lisboa Jornal semanal / todas as 4* - feiras

ÀÇORES — TERCEIRA



Na ilha Terceira Açores realizou-se a 18 de Janeiro uma sessão comemorativa do Soviete da Marinha Grande — 1934. Usaram da palavra militantes do M.E.S. e operários que falaram das lutas que se têm travado contra a exploração capitalista.

VIANA DO CASTELO

Realizou-se em Viana do Castelo um comício do M.E.S., com a presença de cerca de 500 pessoas.

PRÓXIMAS SESSÕES DE ESCLARECIMENTO

- 5 de Fevereiro — Ajuda no Sol e Dó, Calçada do Galvão 51; Casal Ventoso, nas Andorinhas Futebol Clube;
- 8 de Fevereiro — São Domingos de Benfica, no Salão das Furnas, R. Raul Carapinha.
- 8 de Fevereiro — São Pedro do Sul
- 15 de Fevereiro — Viseu



leva a actuar em conjunto com todas as forças políticas que se coloquem no terreno da luta de massas anticapitalista mesmo que existam divergências e contradições, que nos leva a estar em cada momento com todas as forças políticas que tomem posições de defesa dos interesses dos trabalhadores. É a mesma consequência que nos leva a não estar ao lado de forças políticas que coloquem a luta partidária acima dos interesses da classe operária

internacionalismo proletário

A luta dos trabalhadores pela conquista do poder político adquiriu, em Portugal, uma nova dimensão com o 25 de Abril e a queda do fascismo. Mas para que essa luta sejam consequente impõe-se que seja articulada com a luta dos trabalhadores que noutros países se batem também por uma sociedade de onde seja varrida a exploração do homem pelo homem.

O internacionalismo proletário é uma necessidade histórica fundamental da luta dos trabalhadores pela sua emancipação da exploração e opressão capitalistas.

1. A LUTA ANTI-IMPERIALISTA

A luta anti-imperialista, embora em cada momento encontre terrenos concretos de confronto, é uma luta que não conhece fronteiras. A luta pelo socialismo exige como tarefa imediata a luta contra o imperialismo pela independência nacional.

Na fase actual a burguesia portuguesa não tem por onde escolher: desenvolvimento económico no sistema capitalista mundial significa dependência crescente. Os apelos aos investidores estrangeiros e as várias modalidades de afirmações com que se procuram, demonstram-no.

A dependência da burguesia portuguesa e a necessidade de, na situação actual, buscar apoio nas suas congéneres mais poderosas está bem expressa nas perspectivas defendidas pelos mais diversos sectores burgueses de:

Integração no Mercado Comum, para que seja a fronteira alargada para o reforço do seu domínio de classe interno.

Manutenção na NATO, que será sempre uma retaguarda que lhe garante protecção e segurança contra a Revolução Socialista.

Manutenção da cência da base militar dos Açores, juntando o útil ao agradável, a entrada de ca-

pitais e a protecção militar directa da maior potência imperialista.

Em Portugal, portanto, lutar por objectivos anti-imperialistas é também lutar por objectivos anticapitalistas pois, na situação actual, isso implica claramente atacar o próprio poder da burguesia nacional e uma perspectiva socialista.

Assim, o M. E. S. entende como um dos seus aspectos mais importantes de actuação a mobilização popular no combate ao imperialismo e às várias facetas que utiliza:

Contra a presença de Portugal na NATO e contra a presença da NATO em Portugal

Pela efectivação de campanhas contra a existência de bases militares estrangeiras em Portugal

Pela vigilância popular em relação à acção da CIA em Portugal

Pela denúncia das consequências para os trabalhadores portugueses da integração de Portugal no Mercado Comum Europeu

Pela exigência da nacionalização do comércio externo e pelo propagandear da perspectiva de diversificação de mercados e fornecedores.

2. A LUTA ANTICOLONIAL

Assim como a luta pelo Socialismo em Portugal é necessariamente anti-imperialista, do mesmo modo os Povos das Colónias, mesmo depois de conquistada a independência política, terão de combater duramente o imperialismo.

O colonialismo não é apenas português mas expressão do imperialismo à escala internacional. A sua liquidação é portanto tarefa longa. A fase actual da luta dos Povos das Colónias está centrada na conquista da independência e na construção nacional, e não já, imediatamente, na supressão total das formas capitalistas de produção. Nesta fase da edificação do todo nacional há que admitir ainda a coexistência

destas formas com novas formas não capitalistas. É para a consecução deste primeiro objectivo imediato que se deve orientar o apoio dos trabalhadores portugueses aos povos das Colónias.

O M. E. S. em relação à questão colonial, considera que, do mesmo modo que durante o fascismo, a luta dos Povos das Colónias pela sua libertação total continua intimamente ligada à luta dos trabalhadores portugueses pelo Socialismo. Assim, a vigilância por parte dos explorados e oprimidos portugueses em relação às práticas do imperialismo é do capital financeiro português no que se refere à tentativa de impor uma solução neocapitalista em Angola ou provocar uma agressão exterior em Moçambique, devem ser entendidas, não só como parte integrante de uma perspectiva de internacionalismo proletário, mas também como elemento fundamental da luta pelo Socialismo em Portugal.

É nesta perspectiva internacionalista que o M. E. S. situa a luta anticolonial. Dê-la decorrem as posições que serão assumidas em face dos problemas concretos colocados pela descolonização, que só terminará com a extirpação de todos os laços de natureza colonial e de todas as formas de dominação nas relações entre Portugal e os Povos africanos.

Por isso, essa descolonização não poderá encerrar-se no âmbito restrito das relações bilaterais metrópole-colónias. Ela tem de ser enquadrada no contexto das relações internacionais que a envolvem, marcado por forte presença do imperialismo em África, tanto na África Austral — como formas de dominação política directas — como em muitos países africanos através de formas neocolonialistas, isto é, de uma subordinação económica à estratégia do ca-

pitalismo internacional através de burguesias nacionais altamente dependentes do exterior. As lutas contra o colonialismo inserem-se assim na luta de classes à escala mundial.

Assim, o M. E. S. entende serem aspectos essenciais da luta anticolonial e de acção junto das massas trabalhadoras:

A denúncia dos actos que forem contra os interesses dos Povos das Colónias e a defesa dos actos que contribuam para a sua libertação

A luta contra o racismo e o aprofundamento de uma sólida amizade com os Povos coloniais

O fortalecimento da aliança da classe operária portuguesa, que não é nem pode ser, uma flor de retórica, já que os inimigos são os mesmos e se o neocolonialismo se impuser nas Colónias a classe operária continuará a ser e será mais oprimida em Portugal

O combate às tentativas neocoloniais de permanência da exploração capitalista, tanto no plano político como no plano económico

O apoio ao combate decisivo que o M. P. L. A. trava no actual momento em Angola e a denúncia dos partidos e movimentos ao serviço do imperialismo e dos interesses neocoloniais.

Depois de alcançada a independência política, a luta comum dos trabalhadores portugueses e africanos revelar-se-á mais coincidente, visando a total libertação cultural, económica e política do capitalismo imperialista.

As responsabilidades que o nosso povo tem perante os Povos das Colónias não são apenas históricas. São também e ainda mais responsabilidades revolucionárias, hoje e amanhã. Contra o neocolonialismo e o imperialismo, por uma sociedade nova, no quadro de uma solidariedade internacionalista.

Aveiro Av. Araújo e Silva, 22
Beja Praça da República, 34

Braga Av. da Liberdade, 354, 2.º

Castro Verde R. Nascimento Costa

Coimbra

Faro R. Castilho, 9

Guarda R. Marquês de POMBAL; 1ª

Lisboa Av. D. Carlos 1, 146, 1.º dt.º Tel. 607 127 e 607 128 R. Rodrigues Sampaio, 79, r/c Tel. 535 438

Portalegre R. da Oliveira, 61

Porto R. 31 de Janeiro, 150, 2.º Tel. 319 569

Seia R. Capitão António Dias

Peniche R. Salvador Franco, 54

Ponta Delgada R. Tavares Resende, 100

Viana do Castelo R. Altamira, 65/67

HORÁRIO

2.ª-3.ª-feira 17.00/20h
21.30/24h

4.ª-feira 11.00/13h
17.00/20h
21.30/24h

5.ª-6.ª-feira 17.00/20h
21.30/24h

Sábado 18.00/20h

Domingo 18.00/20h
21.30/24h

POR UM PODEROSO
MOVIMENTO DE MASSAS
ANTICAPITALISTA



Edição do Movimento de Esquerda Socialista
Janeiro de 1975

Esquerda Socialista

Assinatura
6 meses — 750\$00 12 meses — 1500\$00 apoio — 3000\$00

Estrangeiro (Europa) — 2750\$00

Nome _____

Morada _____

Profissão _____

Admin/redacção:
Rua Rodrigues Sampaio 79, r/c, Lisboa, telef. 535438

SANEAMENTO CONT

BANCO DA AGRICULTURA

Os trabalhadores do Banco da Agricultura, reunidos em R.G.T. celebrada em 15 e 21 de Janeiro deliberaram sanear os administradores prof. Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira, dr. Paulo Meleiro Sendim e dr. Rafael Termes Carreró. Deliberaram também o saneamento do ex-director geral administrativo (recentemente colocado, numa tentativa para boicotar o processo de saneamento, no lugar de secretário geral da administração do Banco), dr. Almerindo da Silva Marques.

Os referidos membros da administração, numa tentativa de evitar o saneamento tinham pedido a demissão dos respectivos cargos, facto que a R.G.T. considerou uma manobra para boicotar o saneamento em curso.

Deve referir-se que o prof. Cavaleiro de Ferreira foi ministro da Justiça do Governo de Salazar, durante o qual reorganizou a ex-P.I.D.E. permitindo prolongar indefinidamente a instauração dos processos mantendo os arguidos em prisão preventiva, criou os Plenários, defendeu o Tarrafal e criou as medidas de segurança.

O dr. Paulo Sendim desenvolveu actividades contra os trabalhadores, no

meadamente a nível gerencial, na sua contraproposta de 1973, sendo também mentor de uma política altamente lesiva dos trabalhadores, no Banco, onde fez imperar logo desde 1970, quando da sua entrada.

O dr. Termes Carreró, representante do Banco Popular Espanhol, tem desempenhado uma actividade que foi reduzidíssima, sobretudo se for tido em conta o montante do seu vencimento, além de todos os lucros que pela função lhe pertencem. Os trabalhadores defendem que qualquer que venha a ser o delegado do Banco Popular Espanhol deve exercer as suas funções no B.A. em tempo maioritário.

O dr. Almerindo Marques que ascendeu ao lugar que desempenhava, partindo de baixo, mostrou-se mais tarde, após ter ultrapassado os seus colegas, altamente repressivo e despótico nas relações com os mesmos.

Os trabalhadores do Banco da Agricultura reafirmam a sua decisão de levar até ao fim o saneamento na empresa, cientes de que é essa uma forte contribuição para a consolidação da democracia que se quer neste país.



A alfaiataria Brutus emprega 28 trabalhadores e produz por encomenda e para abastecimento de duas boutiques do mesmo nome.

São lojas de luxo, onde se vestem alguns ricos, onde estão neste momento em saldo sapatos a 800\$00 e «vestidinhos» a 2000\$00.

Entretanto sendo importada a maior parte dos artigos que ali se vendem, e rareando as encomendas de fatos por medida, têm nos últimos tempos os trabalhadores trabalhado e recebido, apenas quatro dias por semana.

Por esta razão, propuseram já ao patrão a reconversão da alfaiataria, passado a produzir pronto a vestir. Mas o patrão prefere manter uma loja de luxo e pouco lhe importa as condições em que vivem os seus empregados (note-se que, aprendizes, de quinze e dezasseis anos recebem 40 e 55 escudos por dia).

Neste momento a alfaiataria Brutus está em luta. O motivo central é o despedimento do contra-mestre, por razões pessoais dos patrões que queriam mais «colaboração» do que a estritamente profissional.

É o que explica o comunicado dos trabalhadores:

No princípio do mês de Janeiro o Patrão despediu o nosso camarada de trabalho Armando contramestre da firma.

Porque é que o patrão o despede? Por a firma estar em crise?

Falta de encomendas? Não. Não foi por questões de trabalho. Foi só porque o nosso camarada Armando não alinhou com o Patrão como muitos contramestres fazem e pelo contrário se pôs ao lado dos trabalhadores.

Convidaram o nosso camarada Armando para a manifestação da MAIORIA SILENCIOSA e ele recusou. Nunca o patrão lhe perdoou. Deu-lhe bilhetes para a tourada nas vésperas do dia 28 de Setembro

e o nosso camarada Armando recusou.

Querem levá-lo para o P. P. D. o que também recusou, nunca o patrão lhe perdoou.

NÃO AOS DESPEDITOS

É por isso que o Armando despedido no princípio de Janeiro recusa o despedimento no que é apoiado pelos trabalhadores em especial pelos delegados Sindicais que são intransigentes da palavra de ordem **NÃO AOS DESPEDITOS**. Depois de conversa chega-se a um acordo e o Armando é readmitido, mediante aceitação pelos trabalhadores de um grande aumento de ritmo.

Mediante aceitação pelos trabalhadores de um grande aumento de ritmo de trabalho (cada turno teria de passar a fazer dois casacos por dia). Mas logo no dia 4 de Janeiro, o acordo é quebrado, pois é quando vem a ordem de só trabalhar quatro dias por semana.

A 27 de Janeiro o patrão chama os delegados para apresentarem o resultado do trabalho. Nessa altura mostra-se descontente com a quantidade de trabalho desenvolvido (os trabalhadores consideram-na perfeitamente satisfatória) e na altura de pagar os salários informa o Armando de que está despedido. Durou, pois, apenas um mês

o acordo! O patrão reconhece que não tem justa causa mas justifica a decisão com a falta de encomendas afirmando estar à beira de falência. Como o Armando não aceitasse o despedimento foi com maus modos informado que «dali não receberia nem mais um tostão e «para aqui entrares, só por cima do meu cadáver».

No dia 28 o contra-mestre é impedido de entrar na alfaiataria. Os trabalhadores, não dispostos a aceitar as pretensões do patrão, entram em greve e ocupam as instalações.

As peripécias que tiveram lugar nesta ocasião mostram bem as ideias que o patronato tem dos direitos que lhe cabem; furioso com a decisão dos trabalhadores e perante a sua recusa de abandonar a alfaiataria (a secção de vendas ficava fechada; o patrão fechou-os à chave e foi-se embora. Voltou para abri-la algumas horas mais tarde, quando a Polícia tinha já estado no local, para tomar medidas relativamente a mais aquele abuso.

No dia 30, realizaram-se negociações, no Ministério do Trabalho, com a presença de um delegado do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Lisboa e Vestuário do Sul, que apoia a posição dos trabalhadores de Brutus. Mas o patrão, mostra-se renitente e não quer ceder.

A posição dos trabalhadores é expressa em comunicado por eles emitido.

Não queremos ser prejudicados nos nossos interesses dizemos nós trabalhadores.

Se a firma tem problemas que o PATRÃO os resolve, mas nunca à nossa custa, à custa da nossa miséria.

Porque sabemos que atrás do despedimento de um contra-mestre, vão oficiais e várias costureiras.

Para o PATRÃO nenhuma diferença faz pôr fora uma máquina incómoda ou um trabalhador incómodo na rua.

Dois dias por semana do nosso salário, dá, à vontade, para o vencimento do nosso camarada despedido.

E passamos nós trabalha-

res da oficina a fazer 4 dias por semana, perdendo dois dias cada uma, para o nosso camarada ser despedido na mesma.

Tivemos no dia 30 de Janeiro, algumas horas de conversa no Ministério do Trabalho sobre o assunto e não chegamos a nenhuma solução.

Perante isto resolvemos:

— Continuar com a oficina de alfaiataria parada.

— Parar também as lojas de venda ao público — Brutos e Brutos — Elias.

Durante todo o dia 31, mantiveram-se os trabalhadores na loja, não se realizando vendas e tendo sido distribuídos muitos comunicados naquela zona. Ao fim do dia, os trabalhadores, reunidos em Plenário, aprovaram a seguinte proposta:

— Readmissão do colega Armando Martins, a partir de segunda-feira, dia 3 de Fevereiro

— Fazer um estudo imediato da situação económica da empresa.

— Dar conhecimento ao Ministério do Trabalho, Copcon, e aos Sindicatos, aos quais se deve prestar o relato de todos os antecedentes.

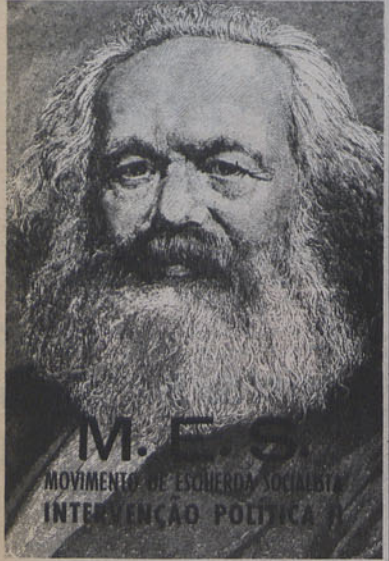
— Reabertura imediata das lojas.

— Os trabalhadores responsabilizam a administração da firma pela não aceitação desta proposta, o que poderá levar a empresa a uma má situação financeira.

Aguardamos resposta até às 9 horas dia 3 de Fevereiro.

Já depois disto (sábado 1) o patrão, até aqui intransigente e mudo fez uma primeira proposta: o Armando seria despedido mas receberia 4000 escudos durante cinco meses.

Mas os trabalhadores mantêm-se unidos (sendo de registar a adesão dos caixeiros das lojas) e estão dispostos a exigir a readmissão do seu camarada. Em Plenário, no domingo, assim o decidiram.



AGORA À VENDA : 30\$00

NÃO AOS

ROLE DA PRODUÇÃO



No passado dia 31 de Janeiro, os trabalhadores da fábrica de Vialonga da Sociedade Central de Cervejas (S. C. C.) desencadearam uma luta por uma maior igualdade entre os trabalhadores, pelo incremento dos postos de trabalho, contra os despedimentos e por um verdadeiro controlo do processo de produção e organização do trabalho dentro da empresa.

Do comunicado n.º 2 daqueles trabalhadores que relata os acontecimentos e expõe o caderno reivindicativo, salientamos:

«O movimento reivindicativo desencadeado na fábrica de Vialonga da S. C. C., na sexta-feira dia 31 de Janeiro de 1975, nasceu do facto de se terem verificado promoções, com retroactivos, entre operários do enchimento, beneficiando claramente um grupo em que sobressaem os chefes e encarregados. Estas promoções não foram pedidas pelos operários nem eram do seu conhecimento, e podem ser identificadas como uma tentativa de divisão dos operários do enchimento. O descontentamento agravou-se pelo facto de a retroactividade contar a partir de Janeiro de 1974, uma vez que alguns dos contemplados nessa data ainda não desempenhavam as funções actuais.

Os trabalhadores da fábrica de Vialonga reunidos em plenário, considerando que o processo revolucionário iniciado em 25 de Abril veio proporcionar a todos os trabalhadores o desencadeamento de formas de luta que visem essencialmente melhorar as

suas condições de vida, resolveram ocupar as instalações da empresa e formar piquetes de vigilância, até que a administração dê uma resposta concreta aos seguintes pontos do seu caderno reivindicativo:

CADERNO REIVINDICATIVO

1 — Suspensão imediata das promoções e reembolso imediato das já recebidas.

2 — Congelamento de promoções a partir do nível 6 e qualquer alteração de vencimento não se pode processar sem prévia aprovação dos trabalhadores.

3 — Fim de todos os privilégios tais como: isenção de horário de trabalho, 300 litros de gasolina por mês, 1000 escudos de subsídio de transporte, «envelopes-mistério».

4 — Fim do trabalho extraordinário e do trabalho eventual, para possibilitar a criação de novos postos de trabalho.

5 — Assistência social igualizada para todos os trabalhadores independentemente do seu nível ou antiguidade.

6 — Uniformização das ajudas de custo pelas mais elevadas.

7 — Melhoria das condições de meio-ambiente e condições de trabalho, nomeadamente das de transporte dos operários dentro da fábrica e criação de uma comissão de segurança.

8 — Melhoria de remuneração do trabalho nocturno.

9 — Programa de produção tendente a reduzir o trabalho por turnos.

10 — Pagamento do 13.º mês a todos os contratados.

11 — Igualização de salários de todas as operárias até ao nível 3; secções abrangidas: refeitório, limpezas, laboratório, enchimento e movimento.

12 — Vencimentos da administração e dos funcionários não podem ultrapassar o de ministro.

13 — Que não haja distribuição de lucros aos accionistas, nem de gratificações à administração referentes ao ano de 1974.

14 — O número de administradores não deve ultrapassar 5 (estes são actualmente sete).

15 — Acabar com as comissões sobre as vendas e criar vencimentos fixos para os trabalhadores que as recebem.

16 — Diuturnidades para todo o pessoal.

17 — Não aos prémios de trabalho.

18 — Distribuição equitativa da verba destinada à gratificação da Páscoa, independentemente do nível de vencimento.

19 — Não aos despedimentos e represálias contra os trabalhadores que têm conduzido este processo, nem qualquer tipo de despedimento sem aprovação dos trabalhadores.»

Deste caderno reivindicativo foram já satisfeitos os pontos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 10, 17, 18 e 19. Quanto aos pontos 6, 9, 11 e 15, os princípios neles enunciados foram igualmente aceites, ficando a sua passagem à prática sujeita a análise mais concreta das implicações que em si contém. A administração remeteu a resposta aos pontos 12, 13 e 14 para a assembleia geral de accionistas. A propósito destes três pontos afirma-se ainda no comunicado que temos vindo a transcrever:

«Não se pode aceitar que num País em que um terço da população activa ainda não viu realizado o seu direito ao salário mínimo nacional, os capitalistas e administradores do capital continuem a auferir chorudas importâncias à custa do trabalho dos explorados, o que constitui uma verdadeira afronta às baixas condições de vida de grande parte da população.»

Assim, «os trabalhadores consideram que devem manter todos os serviços em funcionamento para não haver faltas de produto no mercado, mas não permitem a entrada da administração nas instalações da empresa enquanto não virem satisfeitos estes três pontos do caderno reivindicativo, que consideram essenciais neste momento da luta.»

Entretanto, foram eleitas comissões de saneamento em plenários efectuados em Vialonga e na sede. Nos outros estabelecimentos irão também ser eleitas comissões de Saneamento.



As empresas multinacionais, colossos especializados em exploração a nível mundial, utilizaram e utilizam para as operações que exigem grande quantidade de mão de obra, os países onde ela é barata e dócil (igualmente sujeita a forte repressão). Neste caso estava Portugal e começa agora a deixar de estar. Por isso estas empresas cá se instalaram e estão agora a abalar em massa, quais sanguessugas procurando sangue novo.

O sector das indústrias eléctricas tem sido dos mais duramente atingidos por este fenómeno: despedimentos, encerramentos, etc.

O facto de em Portugal estar normalmente instalada uma fase da produção (sem autonomia em relação às restantes que se encontram noutros países) torna extremamente complexo a resolução dos problemas que se levantam, só possível mediante intervenção do Estado para reconversão das actividades.

Neste caso está a Applied Magnetics, onde os operários lutam, há já bastante tempo, contra os despedimentos, pelo direito ao trabalho. Neste sentido realizaram dia 30, uma manifestação, em Lisboa. Num momento em que o número de desempregados em Portugal ascende a 200 mil torna-se necessário encontrar soluções que permitam evitar que tal situação se agrave.

CONTRA OS DESPEDIAMENTOS

CONTRA AS MANOBRAS

DO CAPITAL IMPERIALISTA

NA APPLIED MAGNETICS A LUTA CONTINUA

DESPEDIAMENTOS

iniciativa popular



— avançar com audácia na luta de massas

Num período de recessão da economia capitalista a nível mundial e de crise acentuada da economia capitalista portuguesa, uma mera luta de resistência por parte dos trabalhadores levará a que sejam estes a suportar os custos dessa crise, permitindo à burguesia (sobretudo ao capital financeiro) sair sem sacrifícios fundamentais das dificuldades que enfrenta.

Num período como este, impõe-se que se desenvolva uma **luta ofensiva**, que só ela permitirá o aproveitamento por parte dos trabalhadores da crise que o seu inimigo atravessa. Trata-se, não é demais repetir-lo, de fazer pagar a crise ao capital, e para isso é preciso não perder tempo, tomar decididamente a iniciativa e não poupar energias. Esta fase ofensiva de luta tem de ser suportada por um programa político global apoiado organizativamente.

Forjar uma alternativa global ao sistema de exploração capitalista

A resposta aos problemas mais sentidos pelos explorados e oprimidos, e que são gerados pela crise económica — desemprego e agravamento das condições gerais de vida — não pode ser meramente economicista, e estão reu-

nidas neste momento em Portugal as condições para que essa resposta possa afirmar-se como uma alternativa global ao sistema de exploração capitalista.

Estas condições existem porque, por um lado, a natureza daqueles problemas permite aglutinar à volta da classe operária quase todos os assalariados da cidade e do campo, e, por outro lado, dada a irracionalidade e incapacidade do sistema para os resolver, permitem lançar à volta deles uma luta ofensiva que possibilite avanços efectivos e irreversíveis no sentido do socialismo.

Luta ofensiva

Esta luta ofensiva tem de se propor alguns objectivos políticos fundamentais:

(a) Partindo da demonstração do absurdo da existência de dezenas (em bre-

ve centenas) de milhar de desempregados, ao mesmo tempo que o nível de satisfação das necessidades

fundamentais é extremamente baixo; impôr a satisfação dessas necessidades numa perspectiva colectiva e organizando essa satis-

fação em termos de pôr termo ao desemprego e retirar do controlo directo da burguesia a maior massa possível da força de trabalho;

(b) Partindo da elevação do custo de vida e do agravamento constante das con-

dições gerais de vida (alimentação, habitação, transportes, saúde e tempos livres e da imposição de respostas baseadas em critérios colectivos da satisfação das necessidades, e apoiando-se nas reivindicações de igualitarismo profundamente radicadas nas massas, para a **imposição de alterações estruturais importantes que limi-**

tem a margem de manobra da burguesia, e obriguem esta a pagar a sua própria crise, como seja, a nacionalização do solo urbano e da construção civil, a nacionalização da banca, o controlo do comércio externo e do comércio interno de produtos essenciais;

(c) Partindo do controlo pelos órgãos do movimento de massas dos processos de luta atrás definidos e levando a luta pela democracia e pelo saneamento até às suas últimas consequências, tornar claro às massas populares o inevitável carácter antidemocrático e antipopular da democracia burguesa.

Democracia directa no movimento de massas

Tudo isto só será possível **lançando as bases de um contrapoder popular**

baseado na democracia directa exercida por órgãos populares do movimento de massas a todos os níveis da vida social, dos locais de trabalho às escolas e quartéis, dos locais da habitação aos transportes e hospitais.

— comissões de trabalhadores

— Nos locais de trabalho surge como tarefa prioritária a organização de Comissões de Trabalhadores que são organizações que têm vindo a nascer da própria dinâmica da luta nos locais de produção, local fundamental de luta anticapitalista porque é aí que os interesses de classe se colocam de modo claramente irreconciliável.

Autonomia de classe

a) As limitações e as incorrecções destas formas de organização dos trabalhadores, não podem ser ultrapassadas pela sua substituição por comissões sindicais, já que o seu alcance como contra poder efectivo ao poder do patronato não se restringe aos limites da acção sindical.

As Comissões de Trabalhadores só poderão subsistir correctamente e suportar as investidas do patronato e das forças reformistas se unificarem a sua acção e definirem o seu estatuto de autonomia face ao patronato e à organização sindical.

Esta autonomia face à organização sindical não significa contraposição à acção desenvolvida pelos

delegados sindicais (que poderão e deverão participar nas C.T.). Ela tem como objectivo impedir a separação entre luta económica e luta política e preservar a autonomia de classe face às tentativas de implantação da conciliação (que possam vir a ser vinculadas pelos sindicatos ou pelas organizações políticas).

A luta nos locais de trabalho

b) As Comissões de Trabalhadores sendo a expressão da organização dos trabalhadores dentro dos locais de trabalho, devem estar voltadas para lutarem nesses locais pelos objectivos imediatos dos trabalhadores, e para proporem as formas de luta mais adequadas para os imporem.

Assim:

Na luta contra os despedimentos, lutar pela recusa dos aumentos dos ritmos de trabalho, das horas extraordinárias, dos castigos, da desclassificação e das mudanças de local de trabalho, lutar pela reintegração dos despedidos e preparar a resposta aos despedimentos colectivos pela ocupação e por outras formas que façam impor soluções ao poder político (Ex: nacionalizações e reconversões)

Na luta contra a carestia de vida — lutar por reivindicações salariais, fazendo andar os salários à frente dos preços e lutar contra todas as formas que signifiquem aumento da exploração capitalista (Ex: ritmos de trabalho).

Na luta pelo saneamento, fazendo dessa luta uma afirmação de poder dos trabalhadores e de fortalecimento no combate à opressão capitalista.

Não à colaboração de classes

c) As Comissões de Trabalhadores não devem nunca tornar-se órgãos de colaboração de classes, devendo ser combatidas todas as tentativas de implantação de estruturas de participação e cogestão. As C.T. são o órgão fundamental de expressão de autonomia operária e portanto devem ter fundamentalmente: funções de fiscalização e controlo relativamente à empresa, funções de organização e dinamização relativamente à luta dos trabalhadores e funções de expressão do poder operário contribuindo para a união gradual entre a fábrica, o ramo e a classe.

Os capitalistas esses vivem em pálios e apartamentos luxuosos à custa de nos explorarem nas fábricas, nos campos, enquanto a nós sempre nos foi negado o direito à habitação. E isto PORQUÊ?

— Porque a sociedade capitalista está voltada para o lucro, para servir os interesses dos capitalistas.

— Porque a sociedade capitalista não está organizada para servir os interesses dos trabalhadores; e nós trabalhadores somos empurrados para a miséria, somos obrigados a sobreviver.

— luta pela habitação e comissões de moradores

Centenas de milhares de trabalhadores vivem em bairros de barracas ou casas abarracadas, em péssimas condições de habitação.

Os capitalistas esses vivem em pálios e apartamentos luxuosos à custa de nos explorarem nas fábricas, nos campos, enquanto a nós sempre nos foi negado o direito à habitação. E isto PORQUÊ?

— Porque a sociedade capitalista está voltada para o lucro, para servir os interesses dos capitalistas.

— Porque a sociedade capitalista não está organizada para servir os interesses dos trabalhadores; e nós trabalhadores somos empurrados para a miséria, somos obrigados a sobreviver.

nós trabalhadores somos empurrados para a miséria, somos obrigados a sobreviver.

Órgãos de poder popular

25 de Abril veio abrir horizontes para a luta das classes trabalhadoras que levam a cabo, nos locais de trabalho como nos locais de habitação movimentos de classe em torno de reivindicações salariais — nomeadamente, equipamento social (escolas, creches), gerindo colectivamente pelos próprios interessados, habitação, etc.

Os processo reivindicativos em torno das questões de habitação m bilizaram amplas camadas de trabalhadores dos bairros populares e deram origem a formar de organização autónomas, isto é criadas e dirigidas pelos próprios in-

teressados — AS COMISSÕES DE MORADORES: AS COMISSÕES DE MORADORES COMO FORMA DE PODER E INICIATIVA POPULARES.

Para que as comissões de moradores sejam verdadeiros órgãos de poder popular é fundamental que estejam verdadeiramente ligadas aos moradores. Isto passa por garantir a informação ampla às populações do estado de avanço das lutas, a discussão dos problemas em ASSEMBLEIAS DE MORADORES e tomadas de posição dos moradores face aos problemas fundamentais.

As ligações directas entre as Comissões de Moradores é fundamental pois permite dar mais força e uma orientação comum aos processos de luta que se desenvolvem em vários bairros.

A luta nos bairros populares

A luta que travamos em torno da habitação visa um objectivo central: o realojamento, isto é uma habitação em condições para todos nós trabalhadores.

Para atinarmos este objectivo final — o realojamento — temos desde já de lutar por:

— expropriação dos terrenos localizados perto dos bairros

— decidir a localização dos novos bairros

— criação de uma empresa estatal de construção (nacionalização de grandes empresas de construção que execute os projectos de realojamento; empresas de construção ameaçam, aliás, realizar despedimentos missivos.

— decidir o tipo dos novos bairros.

— saneamento dos órgãos públicos (C.M.L. por exemplo) que têm atrasado ou boicotado o andamento e resolução dos problemas mais urgentes.

Si uma discussão nas comissões de moradores e em reuniões amplas de moradores dar forma de luta a adoptar podem fazer avançar a luta pelo realojamento.

NÓS QUE TUDO PRODUZIMOS TEMOS O DIREITO À HABITAÇÃO

...NÓS QUE TUDO PRODUZIMOS TEMOS DE EXIGIR QUE O REALOJAMENTO SEJA PAGO PELOS CAPITALISTAS!

...LUTEMOS POR ESSE DIREITO DE FORMA ORGANIZADA!



base da luta pelo socialismo

Saneamento na função pública:

L.F.E.N. e J.I.C.T.

Os 300 000 trabalhadores da função pública têm demonstrado desde o 25 de Abril fraca capacidade de intervenção política no actual processo de transformação, o que se traduz no arrastar do problema da organização sindical, no atraso da luta por melhores condições de vida e na fraca participação dos trabalhadores na transformação das relações de trabalho e reestruturação dos serviços.

Paralelamente a este atraso, têm-se também verificado uma certa debilidade organizativa e não tem sido possível globalizar e unificar as experiências mais avançadas de participação democrática — isto é — embora existindo em muitos departamentos, direcções-gerais e ministérios órgãos democráticos de representação e intervenção dos trabalhadores, não tem sido possível traçar objectivos gerais e práticos para que uma intervenção global faça sentido.

Juntos com a classe operária

Contudo, com o aprofundar da crise política e económica do capitalismo português, com a intensificação da luta dos explorados e oprimidos que assume já formas mais avançadas do que imediatamente após o 25 de Abril (em que cada vez mais a luta da classe operária e dos trabalhadores se desligou do estrito âmbito da reivindicação económica e põe, embora localizadamente, em causa globalmente a dominação da burguesia), também nos trabalhadores da função pública renasce uma certa dinâmica de luta.

Essa dinâmica — e isto é o aspecto fundamental —

reaparece numa situação tal que os problemas sentidos pelos trabalhadores da função pública (democratização, saneamento, participação, salários) se inscrevem na luta mais geral da classe operária e permitem aglutinar no combate à irracionalidade e incapacidade do capitalismo português quase todos os assalariados da cidade e do campo, e lançar assim uma luta ofensiva que possibilite avanços efectivos no sentido do socialismo. É nesta perspectiva revolucionária de unificar a luta de todos os assalariados em volta da classe operária, que se deverá traçar os objectivos da luta dos funcionários públicos.

Nada se pode fazer sem a acção dos trabalhadores

Actualmente estão criadas condições para avançar resolutamente no saneamento do aparelho de Estado. O saneamento na função pública tem-se mostrado claramente insuficiente e lento, burocratizado nas comissões interministeriais de saneamento e reclassificação e impõe-se ultrapassar pela movimentação dos próprios trabalhadores, esta situação.

É fundamental compreender a dinâmica do actual processo revolucionário. É importante perceber que, na transformação revolucionária do nosso país, nada se pode fazer

consequentemente sem a acção decidida dos principais interessados na revolução: os trabalhadores. Não se trata evidentemente de desprezar o significado da legislação até agora criada pelo Governo Provisório — trata-se sim de saber aproveitar a margem de manobra que a legislação cria, de garantir que seja levada à prática e de ultrapassar na medida em que o permita o avanço do processo revolucionário. E tal não se fará se os trabalhadores se entregarem a um legalismo imobilizante e se delegarem definitivamente nos órgãos do Poder a transformação do País.

Correr com os fascistas

Trata-se de compreender que, se o 25 de Abril se fez em favor das classes trabalhadoras, há que incentivar agora a sua participação activa, interpretando correctamente a actual fase de legalidade revolucionária e saber impor a todas as estruturas reaccionárias e capitalistas o poder e o controlo de facto por parte dos trabalhadores.

É actualmente, na luta pelo saneamento, que se devem centrar grande parte dos esforços, perspectivado na certeza de que nada será viável no funcionamento público sem que os fascistas e reaccionários corram exaustivamente corridos dos órgãos de decisão ou execução. E isto não significa que a luta dos funcionários públicos se reduza

à extirpação dos elementos reaccionários. O saneamento deve ser entendido na perspectiva mais geral de intervenção dos trabalhadores nos destinos do País, na participação de massa dos funcionários públicos no traçar de objectivos políticos (perspectivando a sua utilidade política no aparelho de Estado no sentido de servir os interesses de todos os explorados e oprimidos e não no sentido de consolidar passivamente a dominação burguesa), na criação e entrosamento

de órgãos de trabalhadores que exerçam um efectivo controlo político nos locais de trabalho, articulando os seus avanços com os avanços da classe operária. E isto não significa que se subste neste momento a questão da organização sindical — visto que este campo de luta será fundamental para organizar e dinamizar movimentações massivas e suportar organizativamente a breve prazo a luta por melhores condições de vida dos milhares de trabalhadores da função pública.

Laboratório de Física e Energia Nuclear

Neste campo registaram-se, na passada semana, lutas importantes, e que não devem ficar espartilhadas nos locais onde surgiram e que têm de ser difundidas, como exemplo e contributo para a actual fase de luta; tal é o caso do Laboratório de Física e Energia Nuclear onde os trabalhadores avançaram decididamente com o saneamento do director-geral (simultaneamente presidente interino da Junta de Energia Nuclear), dois directores de serviço e um chefe de secção, acusados de métodos de trabalho antidemocráticos, de prepotência e de bloqueamento à participação dos trabalhadores na reestruturação e discussão da orientação política a dar aos trabalhos de investigação. Para tal, e face à morosidade do processo de saneamento em curso, na inabalável intenção de suspender imediatamente do serviço os referidos elementos, os trabalhadores do Laboratório de Física e Energia Nuclear avançaram.

E avançaram montando piquetes de vigilância (noite e dia) às instalações do Laboratório impedindo a entrada dos elementos da hierarquia (que em estado de demissão se encontram desintegrados dos restantes directores e chefes de serviço, a pedido dos trabalhadores) e constituindo uma Comissão Dinamizadora do Processo Democrático, comissão «ad-hoc», provisória eleita em assembleia geral, que coordena todo o processo.

Deste modo, controlando a empresa, ultrapassando o legalismo, os trabalhadores impõem na prática o seu poder progressista, interpretando de uma maneira dinâmica e objectivamente revolucionária as tarefas

políticas de todos os trabalhadores: criar órgãos de poder e vontade popular no sentido do avanço do processo revolucionário. Eis uma moção extremamente importante aprovada por maioria.

Como é do conhecimento público, os trabalhadores do LFEN decidiram ocupar as instalações e impedir a entrada dos elementos sobre os quais pendem processos de saneamento.

Os trabalhadores do LFEN, conscientes das responsabilidades que decorrem de tal decisão, declararam que continuam garantidas todas as condições de segurança das instalações, nomeadamente as do Reactor Português de Investigação.

Mais declaram os trabalhadores do LFEN que o processo reivindicativo que ontem iniciou decorre em calma e em ordem, tendo o M.F.A. e o Governo Provisório sido postos ao corrente da situação, desde o início.

E mais informam e chamam a atenção que durante este processo de luta asseguraram o funcionamento normal da instituição. 31/1/75

Esta acção recebeu ainda o apoio dos trabalhadores da J.E.N. que expulsaram o mesmo presidente interino dos Serviços Centrais.

Esta é a luta mais avançada da actual fase, extremamente rica de ensinamentos e serve como acção exemplar reveladora da urgência de uma intervenção autónoma dos trabalhadores e prova capacidade de interferir de facto nos destinos do País. Esta luta contudo, não poderá contribuir significativamente para o avanço do saneamento se não gerar a necessária solidariedade por parte de todos os trabalhadores e se não assentar em bases sólidas de análise concreta da situação política, para que as lutas no sector público não se detériorem em espontaneismos ou acções pessoalistas.

Junta de Investigação Científica

Também na Junta de Investigação Científica e Tec-

nológica os trabalhadores impuseram na prática o seu

poder ao desmontar a Assembleia Geral expulsando dos elementos fascistas (da Legião Portuguesa) recém colocados na Junta por despacho do ministro Magalhães Mota (vindos do INE com processo de saneamento). O referido despacho baseava-se no facto de ter expirado o prazo de 90 dias de suspensão dos referidos funcionários do INE e uma vez que o processo de saneamento não estava ainda concluído, os fascistas foram — em confidencialidade absoluta — inseridos nos serviços da J.N.I.C.T. Ao tomar conhecimento por vias não oficiais das condições de entrada dos dois reaccionários, os trabalhadores da J.N.I.C.T., puseram um ultimatum: ou se suspendiam imediatamente os dois elementos ou se formariam piquetes que imporiam na prática o saneamento. Parante tal posição, o processo acelerou-se imediatamente e na véspera da constituição dos piquetes de trabalhadores o saneamento fez-se por vias oficiais. Veja-se a perspectiva política subjacente nos propósitos dos trabalhadores da J.N.I.C.T. segundo a proposta aprovada:

OS TRABALHADORES EM REUNIÃO GERAL

1 — Repudiam a presença no trabalho dos srs. Grevi Pereira e Andersen de Guimarães.

2 — Declaram-se dispostos a impedir a sua entrada ao serviço aos elementos em causa a partir de 6.ª feira.

3 — Criticam a falta de vigilância antifascista e o legalismo estreito por parte de alguns elementos responsáveis da J.N.I.C.T. os responsáveis da entrada dos referidos elementos.

4 — Alertam a opinião pública, e em particular os trabalhadores da função pública, para a urgência de acelerar os processos de saneamento e de denunciar quaisquer hesitações ou incorrecções que se venham a verificar, nomeadamente nos casos semelhantes a este.

5 — Declaram-se do mesmo lado do M.F.A. e do Governo Provisório contra a reacção pelo avanço do processo revolucionário.

PROPOSTA

Considerando que:

a) O saneamento dos elementos ligados à repressão da Pide e da L.P. é um aspecto fundamental do processo democrático em curso.

b) O facto de se considerar que os elementos fascistas que se integram na J.N.I.C.T. estão «inocentes» até se concluir o



respectivo processo, e que tal consideração não passa de uma interpretação legalista da actual fase do processo político em curso, visto existirem provas publicamente demonstradas pelos trabalhadores do I.N.E. acerca das actividades dos srs. Grevi Pereira e Andersen Guimarães.

c) A necessidade de manter a vigilância antifascista por parte dos trabalhadores da função pública face à tentidão do saneamento, interpretando correctamente o que o M.F.A. designa com «legalidade revolucionária».

d) As actuais condições de trabalho na J.N.I.C.T. se encontram comprometidas pela presença dos referidos elementos, pelo mau ambiente que esta situação gera.

1 — Repudiam a presença no trabalho dos srs. Grevi Pereira e Andersen de Guimarães.

2 — Declaram-se dispostos a impedir a sua entrada ao serviço aos elementos em causa a partir de 6.ª feira.

3 — Criticam a falta de vigilância antifascista e o legalismo estreito por parte de alguns elementos responsáveis da J.N.I.C.T. os responsáveis da entrada dos referidos elementos.

4 — Alertam a opinião pública, e em particular os trabalhadores da função pública, para a urgência de acelerar os processos de saneamento e de denunciar quaisquer hesitações ou incorrecções que se venham a verificar, nomeadamente nos casos semelhantes a este.

5 — Declaram-se do mesmo lado do M.F.A. e do Governo Provisório contra a reacção pelo avanço do processo revolucionário.

Eis mais um comunicado dos trabalhadores da função pública acerca do saneamento

— Funcionários que já foram afastados dos Serviços e que acabam por ir ocupar cargos de maior responsabilidade noutros Serviços.

Não podem os trabalhadores do MEC ficar indiferentes perante a manutenção das estruturas fascistas ainda existentes.

A democratização do País exige o imediato afastamento de todos os funcionários comprometidos com o regime de posto em 25 de Abril e que agora boicotam conscientemente o processo revolucionário em curso.

Coliga, mobiliza todos os trabalhadores do teu serviço para a discussão deste grave problema.

Avança com propostas de lutas adequadas a levar à prática um efectivo saneamento na função pública.

Lisboa, 29 de Janeiro de 1975

A Assembleia de Delegados do MEC

A Assembleia de Delegados do MEC alerta todos os Trabalhadores da Função Pública para os graves problemas que neste momento entravam o processo de saneamento, apontando alguns aspectos mais flagrantes:

— Manifesta insuficiência do Decreto-Lei 27/774 de 25 de Junho.

— Demora excessiva na alteração do mesmo decreto já reclamada pelos trabalhadores da função pública.

— Inoperância das comissões de saneamento motivada em parte pelos condicionais legais.

— Manutenção em altos cargos de certos funcionários que só podem servir a reacção.

GESTÃO DO ENSINO

MECanismo burocrático

1. O Decreto-Lei sobre gestão do ensino preparatório e secundário que surge quando largos sectores de alunos têm vindo progressivamente a escapar ao controlo do M.E.C. e de forças reformistas e quando nem o M.E.C. nem o Sindicato controlam completamente os professores, apresenta-se como solução para o funcionamento das escolas sem pôr em causa os problemas fundamentais, revelando claramente os objectivos políticos que pretende.

2. O atraso na publicação deste decreto mostra:

— a incapacidade de acção do M.E.C., resultado de uma falta de reestruturação e de saneamento;

— a inexistência da definição de uma política educacional consequente;

— a hesitação do M.E.C. na resposta aos problemas concretos que só veio a poder ser superada depois da alteração do jogo de forças ao nível do aparelho de estado, nomeadamente dentro do próprio Ministério.

3. O decreto aparece com um carácter experimental que, longe de significar que se tomou ou tomará em consideração as experiências das escolas, traz essa mesma hesitação e o receio das forças reaccionárias que contestarão o decreto por excesso de «democratização» e das forças revolucionárias que porão em causa o seu carácter de classe.

Considera, pois, o Núcleo de Professores de Lisboa do M.E.S. que o decreto de gestão do E.S. e C.P.E.S. deve ser entendido como expressão do centralismo burocrático que pretende garantir o controlo total do M.E.C. sobre as escolas:

— A imposição de um modelo único sem atender às diferenças entre estes dois graus de ensino e à diversidade dos meios socio-geográficos;

— A inexistência de poder deliberativo da escola, quer ao nível de assembleias, quer de estruturas intermédias, quer mesmo do Conselho Directivo;

— A acumulação de poderes em certos elementos (presidente e outros membros do Conselho Directivo);

Mero executor das ordens do M.E.C.

— A pouca ou nenhuma participação da maior parte dos habitantes da escola;

— A obrigatoriedade do recurso ao M.E.C. em caso de divergência institucionalizava um sistema centralizado que conduz à desmobilização de professores e alunos na reorganização da escola e na luta por um ensino anticapitalista.

O decreto tem como propósito imediato manter uma máquina burocrática que sirva de mero executor das ordens emanadas do M.E.C., transformando professores em funcionários permanentes e desviando a atenção dos habi-

tantes da escola para tarefas secundárias em detrimento dos problemas fundamentais.

Este centralismo burocrático, que irá garantir o controlo do M.E.C. sobre as escolas, é reforçado por medidas tão perigosas como a responsabilização individual dos membros do Conselho em caso de deliberações «ilegais» — o que poderá conduzir com facilidade a um «saneamento à esquerda».

5. Porque se prevêem órgãos de gestão colectivos; porque esses órgãos são eleitos e não nomeados; porque os alunos e funcionários participam em alguns dos órgãos de gestão tem-se ouvido afirmar que o sistema em causa é «o mais avançado do Mundo» (secretários de Estado da Administração Escolar e da Orientação Pedagógica) ou que é «um dos mais democráticos» (C.D.P. do Sindicato dos Professores).

Sem pretender discutir o significado de «avançado» e mesmo de «democrático», importaria saber que países estão na base da comparação, além dos países capitalistas europeus; e se esses países estão, como neste momento Portugal, numa fase de opção entre um autoritarismo de fachada democrática e avanços decisivos no sentido do socialismo.

O Núcleo dos Professores de Lisboa do M.E.S. chama a atenção para que, ao publicar este decreto

que considera «o mais avançado do Mundo», mais não faz o M.E.C. do que impor o controlo da escola pelo Estado Capitalista.

6. Como forma de combater a esse controlo, há que defender a autonomia possível através da conquista do poder deliberativo para cada escola e da consequente abolição do modelo único, nomeadamente através da criação de estruturas que obviem à burocratização da vida escolar e que possibilitem a máxima participação de todos os elementos — única via para uma real «aprendizagem democrática».

7. A ausência desta autonomia significa o controlo dos aparelhos escolares pela classe dominante e consequente veiculação da ideologia burguesa.

Na medida em que o decreto não cria — e dificulta que se criem — estruturas que ponham em causa, através do debate e de práticas concretas a função da escola e o conteúdo do ensino e que permitam a efectivação da abertura da escola ao meio, está a impedir que a escola se ponha ao serviço das classes trabalhadoras.

Assim, ao pretender que o decreto sobre gestão «serve os interesses do Povo Português» — como já foi afirmado pelo secretário de Estado da Administração Escolar — o que só é possível por «se integrar dentro de uma política na-



cional» cai-se no erro de confundir a entidade mítica «povo» com «classes trabalhadoras», e, ao entender-se que a escola deve estar «integrada numa política nacional» esquece-se o carácter de classe dessa política, a qual deverá ser definida pelos próprios trabalhadores e nunca pelo aparelho burocrático do Estado capitalista.

Deste modo, ao optar-se pela aplicação do decreto (mesmo com reservas) — caso da C.D.P. do Sindicato dos Professores, M.D.P./C.D.E., M.J.T., U.E.C.

— está-se a aceitar a veiculação da ideologia burguesa na escola, sem pôr em causa a natureza de classe do Estado, e a apostar no Decreto como única possibilidade de garantir, através do M.E.C., a permanência dessa mesma ideologia, afastando deliberadamente a escola da luta anticapitalista.

Por outro lado, a recusa do decreto, sem o avanço de uma alternativa que não seja a de um gestor imposto, é característica de um radicalismo esquerdista e greguês.

Ao accentuar o carácter ilusório da gestão democrática em sistema capitalista e a possibilidade da agudização da crise através da imposição de um gestor, confunde-se a luta na escola com a luta de classes em vez de a inserir nessa mesma luta e na criação de um poderoso movimento de massas anticapitalista.

9. Ao defender que a recusa do decreto implica a prática imediata de uma contraproposta, o Núcleo de Professores de Lisboa do M.E.S. considera que se esta solução contraria o domínio da ideologia da classe dominante na escola, servindo deste modo os interesses da classe trabalhadora em luta pela sua emancipação; pode desenvolver a autonomia das escolas, levando à abolição do modelo único de gestão e possibilitar a abertura da escola ao meio; constitui

uma autêntica «aprendizagem democrática» uma vez que é resultado e estímulo de uma real participação de alunos, professores e funcionários na dinâmica da escola.

Neste sentido, pensa o Núcleo de Professores de Lisboa do M.E.S. que importa desde já garantir:

— o poder deliberativo das Assembleias, condicionado por formas adequadas de debate exteriores às assembleias, que obviem à manipulação das mesmas;

— o carácter coordenador e executivo do Conselho Directivo;

— a responsabilização dos órgãos de gestão perante a escola, através das suas assembleias, rejeitando o papel de árbitro do M.E.C.;

— o regime colegial, recusando a responsabilização individual dos órgãos de gestão;

— a criação de estruturas que possibilitem uma abertura da escola ao meio de forma a conduzirem a uma redefinição da função da escola.

Saneamento — passo indispensável

E evidente que a efectivação destas medidas passa por um profundo saneamento político, extensivo à competência — única forma de evitar o aproveitamento da autonomia pelas forças reaccionárias que, paralelamente às tentativas de «institucionalização» da crise escolar, poderia conduzir a uma recuperação reformista através do bloqueamento dessa mesma autonomia.

10. Efectivamente, só o avanço de contrapropostas que atendam a estas condições levará as escolas a contribuir para a imposição de alterações estruturais importantes que limitem a margem de manobra da burguesia e obriguem esta a pagar a sua própria crise.

Núcleo dos Professores de Lisboa do M.E.S.

Proença-a-Nova: Dinamização Cultural

Proença-a-Nova fica na Beira Baixa. Zona de pequena propriedade, terras deixadas incultas pela emigração. Zona de padres, também, há alguns anos chamavam-lhe «a Roma de Portugal». Agora menos, porque foi construído um colégio. Um colégio diocesano! Quem quer estudar e não tem dinheiro (o pinhal e o azeite não dão muito...) já não precisa de ir para o seminário. Há o colégio, no qual no acto de inscrição o encarregado de educação e o aluno se comprometem por exemplo «... a aceitar as exigências da formação humana e cristã... a respeitar o direito que o colégio tem de estimular os estudantes a apreciar com recta consciência os valores morais e a incitá-los a coherer e amar Deus...»

E pagam! No acto de inscrição 105\$00 ou 115\$00

respectivamente para o ciclo e para o Curso Geral do Liceu. Além disso uma caução de 1000\$00 da qual no fim do ano são devolvidos 800\$00. São há 600 alunos são 120 contos que ficam. «O director chegou a jogar na bolsa com esse dinheiro...» revela o professor Joaquim Alves!

Mas o mais curioso é que o Colégio «Diocesano» foi feito pelo povo! Com dinheiro recolhido em pedetórios especiais. Com trabalho oferecido. Com materiais da construção!

«... Os pais de todos quantos estão aqui contribuíram para a construção...» confessa o padre Santos Eusébio.

Mas quando depois dos 25

de Abril os alunos e alguns professores progressistas pretenderam sanear o director — o padre António Sousa — e iniciaram o processo de oficialização, cinco professores foram expulsos e o 6.º e 7.º anos (onde existiam os alunos mais velhos e mais combativos) foram extintos... por falta de inscrições!

Com o beneplácito do bispo de Portalegre e... o director fica porque eu quero, posso e mando!

Mas os tempos mudam. Apoiados numa brigada de dinamização do M.F.A. os alunos, professores, a população da vila e das aldeias decidiram transformar o colégio em Liceu Nacional.

«O edifício foi construído pelo povo, com dinheiro do povo, à custa dos sacrificios do povo. Pertence ao povo portanto!...» Como afirmou um dos oficiais da brigada do M.F.A.

A luta dos progressistas de Proença-a-Nova não terminou. A reacção, atemorizada hoje pela presença dos soldados, tentará sem dúvida manter as posições de privilégio que ainda tem (o pinhal e o azeite dão pouco para os camponeses, mas para os madeiros, Celulose do Tejo, e especuladores sempre vão dançando...). A luta continua e só terminará quando os frutos da terra forem para quem a trabalha.

Para já, uma primeira vitória. O colégio é do povo!

Informação e Revolução

A importância que a Imprensa deve vir a assumir na confrontação de classes, enquanto arma e área de luta pelo socialismo, levou o Esquerda Socialista a aproveitar a eminência da entrada em vigor da futura Lei de Imprensa, já aprovada em Conselho de Estado, para ouvir a opinião de alguns trabalhadores progressistas da Imprensa sobre a forma como entendem a sua actividade no actual contexto político português e como a perspectivar politicamente.

Este é o primeiro dos depoimentos recolhidos, que pretendemos possam contribuir para incentivar a discussão política sobre a utilização revolucionária da Imprensa.

O papel social da Imprensa — resultante da sua intervenção de carácter informativo e formativo — e o facto de serem os jornalistas os trabalhadores que produzem essa informação / formação, mostram que a função do trabalhador de Imprensa é mais importante do que na generalidade ele tem consciência, e que sobretudo ele não pode refugiar-se por detrás da discutível «objectividade», «honestidade» ou «veracidade». Assim, próximos-se alguns apontamentos que, sem serem exaustivos, poderão ser utilizados numa discussão profunda do que são as tarefas do trabalhador revolucionário da Imprensa, tendo por ponto de referência o jornalista integrado do seu sector de intervenção profissional que é a Imprensa burguesa, governada por grupos do capital financeiro.

Como trabalhador de Imprensa, a luta do jornalista **insere-se no contexto da luta de todos os trabalhadores, sob a direcção da classe operária, pela sua emancipação para a construção do Socialismo, para atingir o Comunismo.** A delimitação do seu campo de actividade passa, no entanto, pela análise das suas características de classe, do seu tipo de trabalho e da situação em que se encontra no exercício das suas funções.

O trabalhador da Imprensa é normalmente originário da pequena e média burguesia, adquiriu em muitos casos uma formação universitária e afeite, na sua profissão, um vencimento aparentemente de elite. E diz-se aparentemente porque apesar da existência de um horário de trabalho reduzido (30 horas semanais) cria-se ao jornalista uma indisponibilidade alienante dos seus tempos livres surgindo as «horas extraordinárias» como «realidade inelutável», quando não são mais do que uma forma específica do logro e da exploração de todas as horas extraordinárias. É um facto, no entanto, que o somatório global da sua remuneração constitui peso determinante na sua relativa falta de consciência revolucionária que se traduz numa actuação normalmente inconsequente que o coloca nas fileiras da rectguarda da luta.

Outro ponto é o seu tipo de trabalho que se define por ser intelectual, com incidência no plano superestrutural, difundindo a ideologia da classe dominante.

Quanto à situação em que exerce as suas funções, ela é pelo menos paradoxal. Efectivamente,

importa realçar que por força da divisão de trabalho na Imprensa burguesa, a condição de trabalhador da Informação não o torna um trabalhador informado, isto é dotado de instrumentos de análise da realidade e das forças em presença no terreno de luta. O jornalista perde normalmente as perspectivas globais, entendendo como está em vícios de «profissionalismo», completamente rotinado.

Instrumento do capital

Apreciemos agora o terreno de intervenção do jornalista e as relações de forças em luta.

A Imprensa e o jornalista estavam, antes do 25 de Abril, completamente ao serviço de grupos do capital financeiro monopolista que utilizava o jornalista e o seu produto, os jornais, como veículo da ideologia dominante e dos seus interesses particulares de grupo ou de conjuntos de administradores. Evidentemente que os grupos financeiros buscavam também o lucro, mas esse ponto era, nos curtos limites da empresa jornalística mais problemático; não poderá esquecer-se no entanto, que em termos globais de grupo financeiro o investimento da Imprensa é bastante rentável.

A relação de forças era deste modo francamente favorável ao patronato porque este contava com o apoio de forte repressão: censuras oficial e interna, policial e patronal. Estes condicionamentos arrastaram o jornalista para uma intervenção política que se resumia a uma tentativa de retirar ou neutralizar o carácter reaccionário da informação prestada, sem po-

der atingir os campos de escolha da Informação a divulgar e muito menos a sua procura deliberada e intencional. Manietado pela administração e seus controladores implantados no seio dos trabalhadores, o jornalista progressista e revolucionário frustrava-se com a grande ineficácia do seu «trabalho de sapa», perante o tom geral reaccionário e antipopular do jornal onde trabalhava.

Arma de luta

Depois do 25 de Abril, a classe trabalhadora por todo o País e também os jornalistas — timidamente embora, devido às limitações dos compromettimentos e da rotina — tomaram uma iniciativa — mais viva, avançando e conseguindo um equilíbrio precarizante nas relações de força entre o capital e o trabalho. Houve um forte aumento de reuniões e incremento da discussão colectiva mas tais factos não conduziram ainda a uma reconversão da empresa jornalística, contando a Imprensa diária neste momento, apenas com «jornais melhorados».

Nos primeiros meses até 28 de Setembro, o «apá-pão Ad Hoc» e uma enorme falta de mútua confiança com os poderes progressistas fojou uma morna «independência» ao serviço não se sabe bem de quem. Registraram-se porém alguns avanços muito importantes que tardam a ser suficientes aproveitados; o jornal como meio de informação não está já ao serviço dos interesses específicos da sua administração, nem e uma classe delimitada, além de que a preocupação de «independência» permite, por exemplo, uma mais ampla difusão das lutas populares. Continuam no entanto por definir a escolha de Informação e os meios de a pôr ao serviço dos trabalhadores.

Finalmente, uma vez que a administração já não vê defendidos no jornal os seus interesses privados e a sua ideologia, que se mostra assim problemático um lucro integrado a nível de grupo de capital monopolista e impossível o lucro nos curtos limites da empresa jornalística, por tudo isto para sobre os trabalhadores de Imprensa uma permanente ameaça de fecho da empresa, com todas as suas consequências, o que leva os jornalistas a actuarem com «péznios de lá» por falta de cobertura da sua segurança de trabalho (emprego).

As tarefas do trabalhador revolucionário da Imprensa põem-se deste modo em três frentes: **luta pelo trabalho, luta no trabalho** que não podem ser apreciadas separadamente e **apoio dedicado à Imprensa popular e partidária.**

Na frente de luta pelo trabalho são prioritárias as seguintes tarefas:

a) Reforço da organização dos trabalhadores de Imprensa e incremento dos seus instrumentos políticos de defesa colectiva: **criação de contrapoderes.**

b) Estreita aliança e cooperação solidária com os outros sectores das empresas jornalísticas, nas instâncias empresarial e sindical, acções que passam pelo combate ao espírito elitista dos jornalistas.

c) Luta contra os despedimentos ou sua eventualidade através da coordenação ao nível informativo de todas as lutas contra os despedimentos e no caso de imposições contra os interesses dos trabalhadores ou ameaça de falência, **luta pela expropriação dos jornais de grande circulação em proveito de sectores organizados dos trabalhadores,** funcionando o Estado como avalista. Esta expro-

priação (nacionalização) é a única garantia de emprego e de desenvolvimento do potencial que a Informação pode ter na luta pelo Socialismo.

d) Luta contra a acumulação de empregos por parte de jornalistas, factor de aburguesamento, contrário à camaradagem e elemento chave de alienação pelo trabalho.

e) Luta por melhoria das condições de vida e de trabalho.

Na luta no trabalho apontam-se as seguintes acções a desenvolver:

a) Luta pela superação da fase do «trabalho de sapa» e passagem à fase de escolha criteriosa da Informação e de procura incessante de Informação ao serviço de todos os trabalhadores.

b) Luta contra a «independência» ideológica baseada em concepções tecnocráticas e medíocres de empresa comercial.

c) Dotar o órgão de Informação de meios que possam permitir o enriquecimento da formação das massas populares, continuando a ser um órgão informativo: liberdade aos jornalistas de acesso à fonte de informação, utilização

da Imprensa por parte de outros trabalhadores.

Finalmente, porque é um trabalhador integrado no contexto global da luta popular, o jornalista tem necessidade de se dedicar apaixonadamente às tarefas da Imprensa popular — a melhor maneira de não alienar a ocupação dos seus tempos livres e canalizá-los numa perspectiva progressista e revolucionária. Esta acção completa-se com o esforço e zelo com que deve pôr todas as suas capacidades ao serviço da consolidação e organização da vanguarda que guie a classe operária e o povo trabalhador à tomada do poder, na construção do Socialismo, abrindo caminho para uma sociedade sem classes: o Comunismo.

O trabalhador de Imprensa, como qualquer outro trabalhador, apoia activamente todas as lutas dos explorados e oprimidos qualquer que seja a forma que esse apoio, em dado momento histórico, possa assumir.

(João Vaz de «Capital»)

Cultura: mais uma frente de luta

O passado recente de Portalegre é notoriamente pobre no campo cultural, quer devido ao abandono a que a periferia do País foi votada, quer ao fomento do obscurantismo como medida política para obstar à subversão das instituições fascistas. Convém não esquecer que o analfabetismo tem no nosso distrito grande incidência.

As manifestações de cultura popular, pouco a pouco, estiolaram. O intercâmbio cultural nulo e as poucas iniciativas levadas a cabo neste sector falharam por desadaptadas ou alienantes.

Não é apóptica

É tendo em conta o quadro traçado, que, apontamos a necessidade de intervenção cultural, norteada pelos princípios a seguir anunciados:

1 — «No mundo de hoje, toda a cultura, toda a literatura e toda a arte pertencem

às classes determinadas e estão subordinadas a linhas políticas determinadas». A cultura não é apóptica nem paira acima das classes. Cada classe tem a sua cultura, todavia a burguesia, enquanto classe dominante, impõe por todos os meios a sua cultura e transforma-a em dominante, isto é, na cultura oficial.

2 — A emancipação cultural do povo, ou seja, a afirmação de cultura popular como dominante, está indissoluvelmente ligada à emancipação política dos trabalhadores.

3 — A intervenção cultural é mais uma frente de combate à tirania do capital. Deve-se lutar por uma cultura que veicule uma visão científica do mundo, na qual o novo e o progressista se afirmem e o velho e o reaccionário sejam banidos.

4 — A cultura que se pretende expandir não pode ser o ópio do povo, mas deve ser uma arma contra a alienação e a exploração

burguesa, em suma, deve estar ao serviço da libertação dos explorados e oprimidos.

Um papel criador

5 — A intervenção cultural não pode ser paternalista. Deve nortear-se pelo princípio de dar e receber. Jamais pode haver imposição de valores culturais.

6 — As massas populares, como sujeito criador de cultura e como objecto de intervenção cultural, têm necessariamente que participar na definição de uma política cultural.

7 — É necessário e urgente um amplo trabalho de recolha de valores autenticamente populares e progressistas no campo da cultura.

8 — As iniciativas de carácter progressista devem ser apoiadas e incentivadas.

O NÚCLEO DE PORTALEGRE DO M. E. S.

Acabou-se o tempo dos cravos!

Rossana Rossanda Il manifesto/Esquerda Socialista

Portugal saudou de um modo particularmente reservado o seu primeiro fim de ano em democracia. Nem grandes festas populares, nem iluminações nos quartéis, nem recepções. É certo que os portugueses são gente composta e pouco extrovertida, de bom humor e feito atlântico, e não como nós barulhentos e mediterrânicos. Mas as festas não faltaram em Abril, em Maio, nem as estradas deixaram de ser invadidas pela multidão depois do 28 de Setembro.

Pelo contrário, o fim de ano chegou em surdina. O MFA não convocou concentrações, os partidos convidaram apenas para algumas nas suas sedes. Pelas ruas, à meia noite, não havia ninguém. Um ou outro foguete doméstico subiu duvidosamente na noite voltando a cair por modestia de meios sobre os tetos vizinhos. Só os navios ancorados no grande estuário soltaram as suas roncas, respondendo uns aos outros durante alguns minutos como baleias brinçalhonas.

Um ou outro carro correu desabrido pelas ruas buzinando, mas à meia noite e dez a festa, se é que festa houve, voltou a ser privada.

No dia seguinte de manhã a cidade, não por acaso sonolenta, relia a mensagem do presidente Costa Gomes que, depois de um certo filosofar sobre o con-

ceito de paz, a convidava mais do que a celebrar os louros de 1974, a enfrentar virilmente as mais que certas dificuldades de 1975.

Pague os seus impostos e não gaste o seu dinheiro

E estas são recordadas aos mais impulsivos. De 10 de Dezembro a 3 de Janeiro, só em dois dias — no dia 25 e no dia 1 — é que o Governo não se reuniu, emitindo informações e comunicados (o plano pronto, necessidade de sacrifícios, a Universidade bloqueada, questiona com os bancários — com bancários e não com banqueiros —, um ou outro aumento de preços, jornais, luz). Concealho dos Vinte, vértice do MFA, reuniu-se duas vezes, e duas vezes o fizeram também os delegados de todo o movimento. O último congresso dos partidos, o do MES, encerrou-se na antevéspera do Natal. Reuniu-se a Intersindical para protestar contra a CISL internacional, que veio para procurar criar-lhe complicações. Os bancários em luta, em procissão os grupos de esquerda por causa da prisão de alguns «extremistas» (recontos com os fascistas do CDS), ocupada no Natal por oitocentos operários uma fábrica do Norte, «lock-out» patronal numa «indústria de frio» do Sul, piquetes na sede central do maior complexo de turismo e viagens do País. **Pague os seus impostos e não gaste o seu dinheiro**, advertiam os jornais, a Rádio, os manifestos. E talvez a gente que se apinhava à tarde diante das vitrinas do centro não tenha gasto muito, travada pela inflação e pela dificuldade de os salários a acompanharem: em Portugal co-nhecem-se e dão-se poucos números. Vai-se lá perceber se as insinuações dos comerciantes («festejar a democracia, oferecendo isto e aquilo») tiveram mais efeito que o Governo,

cais, fim das unanimidades antifascistas: embora ninguém pareça ainda decidido a isso, ou se já se decidiu não o proclama, não assestou ainda as baterias.

Por outro lado se não há revolução, com certeza que haverá, em relação ao processo desencadeado em 25 de Abril, uma certa restauração. No fim do ano, o MFA deu uma conferência de Imprensa (as perguntas

Um futuro por definir

Curioso não tanto por uma certa candura, mas porque indica que os militares sabem estar numa viragem, mas mantêm por enquanto ambigua a sua saída. Por outro lado, cada acto do Governo, cada sua tomada de posição coloca-se de um outro lado, imprimindo impulsos que tendem, semana a semana a redefinir o quadro. Este sentido do provisório é de tal maneira forte, que uma pessoa regressa de Portugal com a cabeça regulada pelos tempos breves, fluídos e precipitantes, e em Itália deve recolocar-se, apesar da gravidade da crise, num fuso horário que parece ao «rallentia».

Os tempos da partida estão de certo modo predeterminados. No 25 de Abril os capitães comprometeram-se a dar ao País dentro de doze meses uma assembleia constituinte, e entregaram a presidência e um governo provisório. A queda de Spínola não modificou o quadro institucional, mas deu vida ao vértice do MFA, o Conselho dos Vinte, que tem um lugar paralelo aos organismos formais de poder, sem neles interferir através de medidas suas, mas exer-

tinham que ser entregues por escrito pelo menos 6 horas antes, sinal manifesto de que entre os militares a unidade não é óbvia) e nela fez sair, mais ou menos com uso aproximativo dos passos em frente e atrás de Lenine, uma ansiosa advertência, transcrita com grande seriedade por toda a Imprensa: **Ou o capital colabora na via socialista, ou faremos o socialismo.**

Quando uma espécie de «hegemonia» em sentido próprio sobre a direcção do País. A opinião comum é que os Vinte não sejam propriamente monolíticos, pelo contrário, mas que no conjunto joguem a favor de um «avanço do processo» (os substantivos abstractos são muito usados). Se as eleições da Constituinte, em Março, dessem pelo contrário uma grande maioria ao centro ou ao centro-esquerda (uma afirmação maioritária, por exemplo, do PS e do PPD) e registassem talvez um certo peso da direita (C.D.S.), é claro que o equilíbrio mudaria. É certo que uma Constituinte é uma Constituinte, deveria trabalhar pelo menos seis meses antes de ir às eleições políticas e presidenciais, e entretanto a sede do poder permaneceria a actual, pelo que não poucos, no MFA, defendem que é preciso antes de mais «desdramatizar» o prazo de Março. Mas é também verdade que, por mais que se retire o peso dramático a estas eleições, a primeira expressão popular através do sufrágio não será indiferente, jogará e não pouco sobre os equilíbrios internos do MFA e do Governo.

Fazer ou não as eleições

Assim, a primeira questão — fazer ou não as eleições dentro dos tempos estabelecidos — torna-se já uma opção decisiva. Grosso modo, o capital interno e estrangeiro, parte das Forças Armadas e o próprio ex-presidente da Republica, Spínola que está longe de estar fora de combate, todas as forças até ao PC exclusivo, são pela realização de eleições dentro dos tempos estabelecidos, contando com um resultado modestamente antifascista; se não mesmo do tipo grego, não muito longe disso. Uma outra parte das Forças Armadas e o PC é pelo «criar preventivamente» as suas condições. E não é uma exigência infundada se se pensar que o trabalho de

«consciencialização» — como dizem — ou de «dinamização política e cultural» se deve ainda desenvolver nas mais profundas zonas rurais e que o voto dos dois milhões de trabalhadores portugueses no estrangeiro (contra três escassos milhões de força de trabalho utilizada na pátria), pouco atingíveis e seguramente infiltrados pela direita e não só portuguesa, é uma grande interrogação. O PC por seu lado é sem sombra de dúvida a força política maior e mais organizada. Fora do terreno eleitoral ninguém, salvo o MFA, com o qual tem boas relações, lhe pode fazer frente; o desconexo PS com certeza que não. Mas no terreno eleitoral, dá-se por aceite que a relação se inverte,



Por outro lado, quem é que toma a responsabilidade de dizer «não» às eleições para a Constituinte? Todos dizem sim, com certas reservas. Mas se, por hipótese, entre Janeiro e Fevereiro, o clima aquecesse, se se descobrisse qualquer nova tentativa à 28 de Setembro e se julgasse tê-la descoberto, se a conflitualidade explodisse, eis que poderiam vir a faltar as condições para as eleições e um adiamento não só (como parece já certo) de um mês, mas de mais meses, apareceria justificado.

Todavia, isso teria um preço. Desde o 25 de Abril até hoje diminuíram em metade os investimentos estrangeiros em Portugal. **Mários Soares** voa como uma abelha, de capital em capital, na Europa e fora dela, jurando que Portugal se tornará em tempos próximos, numa respeitável democracia, absolutamente como as outras, embora com uma forte componente socialista, que não fará mal a ninguém. Não o faz por cabeça sua: a opção é a de reactivar uma certa expansão no quadro das combatividades internacionais, e não é só dos grupos capitalistas portugueses que

Tempo de opções decisivas

Mas são opções adiáveis? Muito menos que as nossas, que mesmo assim são rígidas. Ao nível das instituições e ao nível económico, Janeiro não se encerrará sem que algumas cartas sejam descobertas. Não é por acaso que há poucos dias Spínola jogou a sua. O Governo respondeu por agora procurando resolver a espinha mais grossa da «descolonização», da relação com Angola, que é agora mais uma relação interna entre os movimentos angolanos (e o que lhes está por trás) do que uma relação entre metropole e colónias: não é por acaso que Rosa Coutinho desempenha funções de mediador e que o MPLA joga nele. Se a mediação resulta e o Governo pode levar isto a termo, que é o mais difícil sucesso político e uma vitória económica,

aceitaram liquidar Caetano e perder as colónias (não, como veremos os mercados coloniais) mas em troca de um diverso dinamismo de lucros. É seguramente também de uma parte consistente do MFA, hesitante em enfrentar uma ruptura vertical com a disposição internacional e no interior. **Neste terreno, todos concorrem em prudência, e daí saiu o primeiro «plano» económico do Governo, com o aval do PC, que não toca na estrutura capitalista, nem industrial, nem agrícola, nem creditícia, e ilsonja os investimentos estrangeiros com extraordinárias facilidades.**

Mas, por sua vez, este plano tem um preço que é um «stop» brusco posto no consumo interno, e portanto também no ritmo de formação de um poder contra-operário e camponês, e portanto no conjunto da esquerda. E para além disso significa despedaçar aquele consenso que até agora ligou «povo e MFA», mesmo se não tem uma certa fricção aguda, e que foi o eixo do novo Portugal nestes meses. Em suma, a medida que as opções se põem, delineiam-se problemas de posição e as unidades vacilam.

ca, a garantia de uma relação dentro de certos limites privilegiada com as ex-colónias (que faz pensar numa versão de esquerda da spinolista «comunidade lusiada»); terá marcado um ponto, quer perante uma eventual clarificação do bloco capitalista com Spínola, quer perante as pressões de esquerda. **Mas imediatamente depois virão ao primeiro plano as eleições e as opções económicas internas; e aqui, como veremos, o terreno escaldado e as estradas tornam a bifurcar-se.**

«Il Manifesto», 15 de Janeiro de 1975.

ROSSANA ROSSANDA

A SEGURIR: via keynesiana, via socializante, via socialista?

No momento em que a burguesia portuguesa enfrenta uma grave crise de dominação em todos os níveis do poder, desde o político ao militar, desde o económico ao ideológico, é cada vez mais nítido o apertar do cerco internacional imperialista à luta dos trabalhadores portugueses pela sua emancipação.

Assim, coincide com a constituição de uma nova «maioria silenciosa» no País, a clara expressão de pressões e ameaças por parte do imperialismo americano e do subimperialismo europeu. Enquanto em Portugal, a contra-revolução encabeçada pelos falsos socialistas e traidores do proletariado, em termos ferozmente anticomunistas usa toda a demagogia liberal para minar o avanço da luta revolucionária pelo socialismo, os porta-vozes do Mercado Comum e da N.A.T.O., por palavras e por actos, apoiam as manobras conspirativas da reacção capitalista em desenvolvimento.

É deste modo que se tem de interpretar a presença provocatória de milhares de militares ao serviço do imperialismo em Portugal, ao mesmo tempo que se intensificam as chantagens do capital europeu e se de-

senvolve a reorganização reacçãoária no País. As manobras da N.A.T.O. em Portugal são assim uma arma do capital internacional no sentido de fortalecer a contra-revolução e de intimidar os trabalhadores e os militares progressistas e revolucionários do Movimento das Forças Armadas.

É portanto evidente que a luta de massas contra o Imperialismo e os seus servidores, a denúncia das manobras internas e externas dos partidos da burguesia (P.D.C., C.D.S., P.P.D. 1, P.P.D. 2 — também conhecido por P.S. e P.P.D. 3 — que se autodenomina A.O.C.), o combate à presença da N.A.T.O. em Portugal e de Portugal na N.A.T.O., são hoje objectivos de grande importância.

O M.E.S. apela para a vigilância dos trabalhadores em relação à conspiração imperialista que se desenvolve, incentivando os militares progressistas e todos os revolucionários a contribuírem decisivamente para o reforço organizativo das massas populares, para que, por todos os meios necessários incluindo a violência de classe, seja oposta uma grande barreira às manobras do capital nacional e internacional.

— Exijamos a proibição das manobras da N.A.T.O.!

— Denunciemos os laços do capitalismo internacional!

NATO-CIA FORA FODE PORTUGAL

Para que um português compreenda o que é a C. I. A. a melhor definição que dela se pode dar, é a de «P. I. D. E. da Terra».

Efectivamente a exploração a nível internacional, implacavelmente dirigida pelos Estados Unidos, tem na Agência Central de Informações (C. I. A.) o seu principal cão de guarda. A sua sede central, nos E. U. A., utiliza 16 000 funcionários, e é incontável o número de agentes espalhados pelo Mundo.

Em qualquer ponto do globo onde uma «sacudida política» ponha em perigo o domínio imperialista americano, aí temos o aumento do pessoal da Embaixada americana, os correspondentes de jornais e revistas estrangeiros, os técnicos especialistas de organismos «de ajuda», etc. — tudo disfarces para a introdução de agentes que garantam aos «patrões do mundo ocidental» uma informação circunstanciada, e, se necessário, uma intervenção de acordo com os interesses de dominação em jogo.

E não há conspiração reacçãoária nem ditadura fascista que se instale sem que a C. I. A. surja como preponderante: é a Guatemala em 54, o ataque a Cuba em 61, o golpe no Brasil contra o presidente Goulart em 64, a Grécia em 67, as manobras na Indochina, o Médio Oriente, as mortes de Guevara e Marighella, e mais recentemente o golpe militar no Chile.

A partir do 25 de Abril esta sinistra «agência» passou também a honrar Portugal com a sua presença. Em Julho, Kissinger (director da C. I. A.) afirmava que: «a grande preocupação dos E. U. A. neste momento é Portugal». Este interesse e esta preocupação materializaram-se já em alguns factos:

duas visitas de Walters, general da C. I. A., seu número 2. Da sua lista de contactos constavam Galvão de Melo, António Champalimaud, Manuel Buihosa, Franco Nogueira e Adriano Moreira.

o número de «funcionários» da Embaixada americana triplicou.

o embaixador americano é substituído por um crendenciado político (Carlucci, que exerceu funções de secretário de Estado antes de ser destacado para embaixador em Portugal) com um longo curriculum de serviços prestados noutros países, quando o interesse da C. I. A. também lá se fazia sentir mais intensamente (América Latina nomeadamente Brasil). Este personagem não perde o seu tempo, tendo já feito contactos com os principais industriais portugueses.

o iate Apollo, pertencente à Agência em questão, visitou as águas portuguesas, tendo estado ancorado em frente de Setúbal e na Madeira.

Quem nada de bom tem a esperar de todas estas movimentações são os trabalhadores portugueses, que nas condições abertas pelo 25 de Abril, se organizam e lutam pela sua libertação.

A luta contra o capital tem de passar pela luta contra a sua organização a nível mundial — o imperialismo. O capital internacional é um inimigo poderoso, experimentado e organizado. Não pode ser descuidado o seu combate, sob pena de trágicas consequências.



PORTUGAL FORA DA NATO

Mais de meio milhar de habitantes das Caldas da Rainha, reunidos em comício do Movimento de Esquerda Socialista no Teatro Municipal de Pinheiro Chagas em 31 de Janeiro de 1975, consideram que as manobras militares da NATO que neste momento se realizam no nosso país constituem uma provocação e uma intimidação contra o povo português e as classes trabalhadoras, no sentido de impedirem o avanço do processo revolucionário em curso. Perante este facto, protestam contra essas manobras, exigem do Governo Provisório o seu imediato cancelamento, seguido da saída de Portugal da N.A.T.O. e reclamam dos meios de Informação — Imprensa, Rádio e Televisão — a divulgação desta tomada de posição.

31 de Janeiro de 1975

